

Procurador-geral de Justiça toma providências contra cursos pagos em universidades públicas

Uma comissão de representantes da AduSP e Adunesp reuniu-se, no dia 7/3, com o procurador-geral de justiça, Rodrigo César Rebello Pinho, e o promotor de justiça Luiz Fernando Rodrigues Pinto Júnior, que responde pela Promotoria de Cidadania da Capital, para reafirmar a denúncia à atuação das fundações privadas “de apoio” nas universidades públicas estaduais, destacando-se a questão dos cursos pagos, e solicitar do Ministério Público Estadual (MPE) maior rapidez no combate às ilegalidades hoje praticadas.

A comissão manifestou ao procurador-geral sua indignação diante da atual situação, tendo em vista o processo de privatização desencadeado por tais entidades, com reflexos negativos para as universidades públicas. O professor Américo Kerr, presidente da AduSP, entregou ao procurador-geral uma coleção de publicações da entidade sobre o tema, para subsidiar a atuação do MPE.

A AduSP, que em dezembro de 2002 ingressou com uma representação na Promotoria de Cidadania da Capital, requerendo a instauração de inquérito civil público para a

apuração da cobrança de cursos e da atuação de fundações privadas na USP, expressou ao procurador-geral desconforto diante da morosidade com que o caso vem se arrastando, pois as entidades “de apoio” e a Reitoria vinham recorrendo a sucessivas protelações no atendimento aos pedidos da Promotoria.

Precedente

O procurador-geral, que é o chefe do MPE, mostrou-se disposto a investigar os cursos pagos oferecidos em instituições públicas. “Estamos acompanhando isso há algum tempo, temos precedente”, afirmou, revelando que o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) decidiu rejeitar o arquivamento de uma representação do professor Márcio Augelli, que havia solicitado à promotoria de justiça de Guaratinguetá a “apuração de eventual ilegalidade na cobrança de valores em curso de pós-graduação e uso indevido de próprios públicos estaduais”.

O promotor de Guaratinguetá, Rui Antunes Horta, havia arquivado o pedido de investigação feito por Augelli, alegando que, por ser o curso oferecido por uma fundação privada, a cobrança poderia

ser feita. Mas o CSMP, acompanhando o voto do relator, entendeu que “não se pode olvidar do que dispõe o art. 246 da Constituição do Estado de São Paulo, que veda a cessão do uso de próprios públicos estaduais para o funcionamento de estabelecimentos de ensino privado de qualquer natureza”.

Feita uma diligência para apurar-se “a que título a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FDCT ocupa as instalações da Unesp”, constatou-se não existir “qualquer instrumento legal próprio onde conste a permissão desta ocupação, mas apenas um acordo feito entre a Unesp e a FDCT, por conta do convênio firmado entre elas”.

Diante disso, em 29/10/03 o CSMP recusou o arquivamento do caso e determinou “indispensável que seja instaurado inquérito civil para que os fatos sejam apurados em sua integralidade, com a coleta de provas documentais, realização de perícias, além de outras providências”. A investigação



Daniel Garcia

A audiência, na sede do Ministério Público Estadual. Ao lado: AduSP entrega dossiê ao Procurador-geral



ficará a cargo da Promotoria de Cidadania da Capital, em razão de a Reitoria da Unesp ter sede em São Paulo.

Preocupação com MBA

O procurador-geral afirmou, ainda, acompanhar “com preocupação os MBA”, por estarem sendo promovidos, acrescentou, em detrimento dos mestrados e doutorados *stricto sensu*. Recentemente, Rebello Pinho pediu que sejam investigados dois cursos pagos

de especialização oferecidos pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia, caso também tratado na audiência de 7/3.

Os representantes da AduSP e da Adunesp enfatizaram o grave quadro de conflito de interesses no qual se sustenta e desenvolve a atuação das fun-

continua na página 2

Assembléia Geral da AduSP

22/3 – 3ª feira – 14 h – Auditório da História

Pauta:

- 1) Campanha salarial.
- 2) Campanha de democratização da USP: eleições diretas para Reitor e Estatuinte.
- 3) Contratos precários.

continuação da Capa

dações “de apoio”, inclusive no tocante à organização de cursos pagos, na medida em que convênios firmados entre as entidades privadas que os oferecem e as universidades envolvem, freqüentemente, as mesmas pessoas representando as duas partes.

Foi relatado aos promotores que os estatutos de algumas das fundações “de apoio” chegam até mesmo a vincular aos cargos diretos destas (de diretoria e de conselho curador) os cargos de direção das universidades, como reitor, pró-reitores e diretores de unidades, impondo obrigações a servidores públicos, o que é manifestamente ilegal (*Informativo Adusp* 179).

Tal situação sensibilizou o procurador-geral, tanto que ele tomou a iniciativa de propor que seja realizada uma nova reunião, desta vez com a participação dos promotores responsáveis pela Promotoria de Fundações da Capital, na qual a Adusp apresentaria representação específica sobre a questão do exercício paralelo de cargos. Os representantes da Adusp aceitaram a proposta e ficaram de solicitar audiência, em breve, com essa finalidade.

15 volumes de documentos

Quanto à representação da Adusp já apresentada em 2002, o promotor Luiz Fernando informou que, apesar das dificuldades inicialmente encontradas, nos últimos meses começou a receber os documentos que solicitara à Reitoria da USP, de modo que os autos já contam com 15 volumes.

Participaram também da audiência no MPE os professores Ciro Correia, ex-presidente da Adusp, Antonio Luis de Andrade e Valéria Barbosa, ambos da Adunesp, os advogados Lara Lorena e Márcio Ferezin, e o jornalista Pedro Pomar, editor da *Revista Adusp*.

Pró-Reitoria equivoca-se na resposta à reivindicação de financiamento autônomo da pesquisa na USP

O Conselho de Representantes e a Assembleia da Adusp aprovaram como item de pauta da campanha salarial de 2004 o financiamento autônomo da pesquisa na USP. A proposta elaborada foi encaminhada à Reitoria em dezembro de 2004, pode ser lida na página da entidade nas edições 176 e 177 do *Informativo Adusp*.

Atualmente, o financiamento e portanto as diretrizes e prioridades para a pesquisa na USP são decididos fora da Universidade pelas agências de fomento. A Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, através do “Projeto 1 - Recursos complementares para apoio a grupos de pesquisa”, atende apenas os docentes que têm projeto de pesquisa qualificados por agências nacionais ou estrangeiras, utilizando, portanto, critérios definidos fora do âmbito da Universidade para distribuir recursos da USP.

Partindo do princípio de que a autonomia de pesquisa em uma universidade é fundamental, foi construída pela Adusp a proposta de financiamento de projetos de pesquisa através da Pró-Reitoria de Pesquisa, eliminando-se a exigência atual de que o proponente possua projeto aprovado por agência de fomento externa à USP.

O julgamento dos projetos, bem como sua posterior avaliação, seria feito através de pareceres emitidos pelo departamento onde os projetos seriam desenvolvidos. A Adusp propõe que seja alocada para esse programa de financiamento de pesquisa na USP a quantia de

R\$ 10 milhões no primeiro ano, corrigidos a cada ano conforme o crescimento do orçamento da USP.

Resposta da Reitoria

A Reitoria enviou à Adusp um parecer assinado pelo Pró-Reitor de Pesquisa (disponível em <http://www.adusp.org.br/financiamento>) cujo pressuposto é que a motivação da Adusp para elaborar sua proposta decorre de distorções na distribuição de recursos por parte das agências de fomento. O Pró-Reitor de Pesquisa, em sua manifestação, argumen-

ta em favor das agências afirmando que nenhum campo do conhecimento pode queixar-se de que os auxílios à pesquisa são insuficientes para o desenvolvimento de seus projetos. Afirma ainda que nos últimos 20 anos a Fapesp atendeu a todos os pedidos de pequeno e médio porte bem avaliados por seus assessores. E prossegue tecendo considerações sobre o CNPq e sobre a Finep.

O equívoco do Pró-Reitor é evidente. A proposta da Adusp não está fundamentada nas distorções dos critérios de financiamento uti-

lizados pela Fapesp, CNPq ou Finep e sim no princípio da importância da independência que deve ter a Universidade para definir suas linhas de pesquisa e utilizar seus recursos. Questões de ordem prática mencionadas na resposta da Reitoria poderiam ser discutidas e resolvidas se a Universidade reconhecesse a importância da construção de uma estrutura autônoma de apoio à pesquisa na USP.

Essa discussão terá continuidade ao longo da elaboração da pauta de reivindicações da campanha de 2005.

Empresa do Paraná oferece MBA com a marca USP

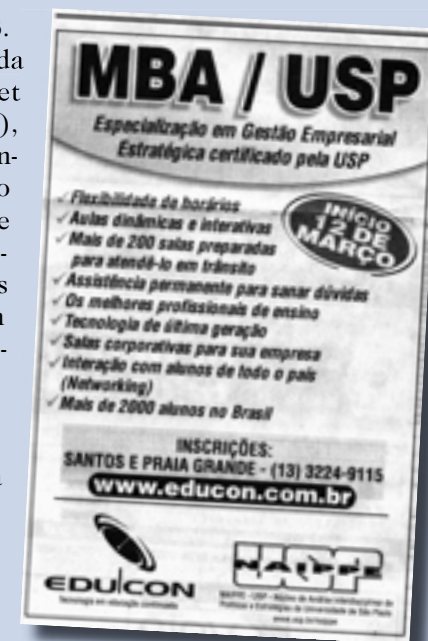
A Educon, empresa especializada em ensino à distância, oferece, via videoconferência e Internet, um curso de pós-graduação lato-sensu com a marca USP. O “MBA Executivo em Especialização em Gestão Empresarial Estratégica”, organizado em conjunto com o Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégias (Naipe-USP), custa R\$ 5.590 à vista e R\$ 349 em 20 parcelas, totalizando R\$ 6.980, e tem a duração de 18 meses.

Os valores foram informados pelo centro associado de Santos, um dos 53 vinculados à Educon para oferecer cursos de pós-graduação à distância no Estado de São Paulo. O centro publicou um anúncio divulgando o curso no jornal *A Tribuna*, de Santos, na pági-

na A7 da edição de 6/3.

Segundo o sítio da empresa na Internet (www.educon.com.br), para se tornar um centro associado voltado ao oferecimento de cursos de pós-graduação, as organizações interessadas devem possuir apenas um televisor de no mínimo 29 polegadas e um computador conectado à Internet em cada sala de aula.

Sediada em Curitiba, a Educon foi fundada por Luiz Carlos da Silveira, ex-ministro da Saúde no Governo Sarney, e também oferece cursos à distância de graduação. Afirma possuir convênios com outras duas instituições



de ensino superior públicas: a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Universidade do Tocantins (Unitins).

Congresso do Sindicato Nacional

Propostas para o Ensino Superior, contribuição sindical e desfiliação à CUT foram temas centrais

356 delegados de 77 seções sindicais, e 46 observadores, participaram do 24º Congresso do Andes-SN em Curitiba, entre os dias 24/2 e 1º/3/05. Além da atualização do plano de lutas dos setores que compõem o Sindicato Nacional — federal, estadual, particular — três temas importantíssimos tiveram destaque.

O primeiro deles diz respeito à contra-reforma do ensino superior conduzida pelo governo federal. As iniciativas já adotadas promovem: 1) o financiamento público a vagas no setor privado, pela oferta de isenção de tributos às empresas de ensino; 2) a perspectiva utilitarista e mercantil na produção de ciência e tecnologia nas instituições públicas de pesquisa, via Lei de Inovação Tecnológica; 3) uma tentativa de regularização de fundações de apoio privadas por meio de um decreto classificado como ilegal pelo Ministério Público e Tribunal de Contas da União; 4) um processo centralizado de avaliação que fere a autonomia universitária.

Enquanto isso, o anteprojeto de Lei do Ensino Superior torna-se um instrumento de posterização de medidas concretas para resgatar as instituições públicas de ensino superior no país. Nele mesclam-se princípios que são caros à nossa luta histórica em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, com uma proposta “marota” para o financiamento das instituições oficiais, com quebra da autonomia universitária e uma tentativa de controle sobre o setor privado que dificilmente atravessará a barreira de parlamentares controlados pelos interesses deste setor.

A “Agenda para a Educação Superior: uma Proposta do Andes-SN para o Brasil de hoje” aponta para as questões de curto e médio prazo que precisam ser enfrentadas para garantir o ensino superior público como um direito de cidadania e um instrumento indispensável ao desenvolvimento soberano do país. Destaque particular é dado à garantia do financiamento ao funcionamento e à expansão do setor. Reafirma-se o referencial de 2,7% do PIB para o ensino superior e a pesquisa, definido no Plano Nacional da Educação da Sociedade.

Manobra do Proifes

O segundo tema destacado dizia respeito a um ajuste no estatuto do Andes-SN, para impedir a manobra de redução da contribuição patrocinada por algumas diretorias de seções sindicais comprometidas com o Proifes. Esse fórum foi criado recentemente à sombra do MEC com o objetivo visível de dividir a representação sindical dos docentes das instituições federais de ensino superior. Essas diretorias aproveitaram-se da fragmentação que ocorre hoje nos salários dos docentes federais, e de que a definição da parcela sobre a qual incide o cálculo da contribuição ao Sindicato Nacional ser resolução do Congresso, mas não constar formalmente do estatuto, para adotar uma redução de mais da metade da contribuição ao Sindicato Nacional.

A precisão estatutária sobre a incidência da contribuição ao Sindicato Nacional foi amplamente aprovada pelos delegados do Congresso. Isso em nada afeta as universidades estaduais paulistas, pois nosso salário base não tem componentes agregados.



Congresso reuniu delegações de 77 ADs e debateu temas centrais da conjuntura. Ao lado, a delegação da Adusp

O último tema candente foi a questão da desfiliação à CUT. Havia praticamente unanimidade quanto à condução desastrosa que há anos vem sendo imprimida à central pela sua direção majoritária. A partir da posse do governo Lula, essa direção mostrou-se absolutamente subordinada às suas políticas de continuidade ao projeto neoliberal traçado pelo FMI para as nações periféricas.

Aprofunda-se a mercantilização de direitos sociais e o ataque a serviços estratégicos para o desenvolvimento nacional. Desta forma os serviços públicos onde trabalhamos são diretamente afetados com a convivência da direção da central. É assim que o direito à previdência social vai-se consolidando, com a participação da CUT, em fundos de pensão que alimentarão a especulação financeira, consumindo nosso direito à uma aposentadoria digna.



A CUT vira intermediária em empréstimos bancários garantidos pelo desconto em folha, extremamente seguros para as financeiras e com “juros de pai para filho” que dariam cadeia por usura em qualquer país que controle minimamente a ganância dos banqueiros. Dentre tantas outras questões, o presidente da Central ainda faz o papel de garoto propaganda da Uniban, universidade privada não exatamente reconhecida por seus dotes acadêmicos, e defende o financiamento público ao setor privado de educação, via Prouni (em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, 1º/3).

Mas apesar deste quase consenso quanto à condução pelega da direção da central, uma parcela significativa do plenário defendia que a melhor forma de enfrentar isso

seria somando forças com as correntes de oposição que estão dentro da CUT, resgatando sua trajetória de luta, enquanto a maior parte do plenário considerava que a rota imposta à Central por sua direção majoritária era irreversível e que o melhor caminho seria dela desfiliar-se. Esta posição contou com 192 votos (66%) do plenário, sendo que 85 (29%) foram contrários à desfiliação e 12 (4%) abstiveram-se.

Esse Congresso foi mais um marco importante na vida do Andes-SN e definiu diretrizes importantíssimas para nossa atuação em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, em uma nação soberana, com uma organização social baseada na igualdade de direitos, na solidariedade e na justiça social.

Manobra que retirou Cursinho da Poli do Grêmio ocorreu em 2002, mas foi preparada em 1997

O afastamento do Grêmio Politécnico (GP) das decisões sobre o Cursinho da Poli teve início com a vitória, nas eleições para a gestão do GP em 2002, de uma chapa de oposição ao grupo que vinha controlando ambos os organismos havia quase 10 anos. A chapa tinha entre suas propostas a desvinculação do Cursinho, no sentido de criar uma estrutura administrativa independente do GP, porém de modo que seus diretores pudessem interferir de fato nas decisões acerca dos rumos do projeto.

Tanto a atual gestão do GP, eleita no final de 2004 e empossada em 2005, como alunos e professores do Cursinho, apoiados por diversas entidades, denunciam o desvirtuamento do projeto original do Cursinho, na medida em que o propósito de facilitar o acesso de estudantes pobres à universidade pública foi paulatinamente substituído por fins comerciais.

O auge das mudanças no Cursinho ocorreu em 2004, quando foi extinto o processo de seleção sócio-econômica dos alunos e as mensalidades foram majoradas em quase 100%. O desvirtuamento está relacionado ao controle da Fundação PoliEducar, que hoje administra o projeto (ver Informativo Adusp 180).

Riscos legais

Documento inédito produzido pela gestão do GP de 2002, obtido pelo Informativo Adusp, menciona que havia “uma excessiva preocupação [da diretoria do GP] com os projetos do Grêmio — principalmente o Cursinho — em detrimento da representação dos alunos”. A diretoria avaliou que o GP corria riscos por ser o responsável legal por um projeto, o Cursinho,

que havia tomado proporções relativamente grandes: já contava com 15 mil alunos e teria alugado imóveis para seu funcionamento e tomado grandes empréstimos em banco.

“É, portanto, irresponsabilidade para o Grêmio e para o projeto que estes estejam sob a mesma pessoa jurídica. Além disso, há sempre o questionamento de se é realmente estudantil um projeto que está longe dos estudantes e que não sofre influência de suas opiniões”, cita o documento, revelando que, embora o Cursinho estivesse formalmente sob responsabilidade do GP, já havia um grupo de pessoas, egressas de gestões anteriores da entidade, que dominavam o projeto.

Exemplo da vulnerabilidade à qual o GP estava sujeito foi o pagamento, em janeiro de 2002, de R\$ 57 mil referentes a um processo trabalhista movido por um ex-funcionário do Curso Politécnico, precursor na década de 1970 do atual Cursinho. Todas as contas do GP foram bloqueadas pela justiça para cumprir a decisão judicial. “Qualquer outra dívida de qualquer outro projeto que o Grêmio já teve que caísse, bloquearia novamente todas as contas, inclusive a do Cursinho e poderia comprometer seriamente o projeto”, afirma o documento do GP.

Para ser desvinculado da entidade estudantil, o Cursinho da Poli deveria transformar-se num instituto. Ao tentar criá-lo, porém, a diretoria do GP de 2002 descobriu que seria impossível, pois já existia — havia cinco anos — um instituto vinculado à entidade, criado em absoluto segredo.

“Ação entre amigos”

No distante 11/6/1997, os então diretores do GP haviam decidido, em reunião, aprovar

uma proposta apresentada pelo então presidente da entidade, Henrique Alfonsi, de criar o Instituto Grêmio Politécnico para o Desenvolvimento da Educação (IGPDE). Seu estatuto indica como objetivo “administrar e manter em funcionamento o Cursinho da Poli, respeitando o seu caráter social”.

O estatuto do IGPDE define a composição do conselho curador, seu órgão máximo, apontando como membros os fundadores da entidade e dois integrantes da diretoria do GP, sendo um deles o presidente. Fundaram o IGPDE o próprio Henrique Alfonsi, José Carlos Massonetto, Gilberto Giusepone (professor de física do Cursinho, conhecido como Professor Giba), Marcelo Gomes, Renato Rodrigues (coordenador do cursinho) e André Luiz Leite.

Verdadeira “ação entre amigos”, pois além de Alfonsi faziam parte da diretoria do GP de 1997 tanto Massonetto (vice-presidente) como Gomes (tesoureiro) e Rodrigues (aluno colaborador), que já havia sido tesoureiro do GP em 1994 e seria eleito presidente em 1998. Giusepone presidira a entidade em 1996. Leite, por sua vez, tornara-se coordenador do Cursinho em 1997.

O estatuto do GP, datado de 1989 e não alterado até hoje, define quais são os departamentos não-autônomos do GP, entre eles o Cursinho. Apesar disso, a criação do IGPDE parece encontrar respaldo nesse mesmo estatuto, ao estabelecer este que, “para que um departamento não autônomo torne-se autônomo, deve criar um estatuto e submetê-lo à aprovação da diretoria [do GP]”. Conforme ata da reunião da diretoria do GP de 11/6/1997, o estatuto próprio do IGPDE foi aprovado.

Porém, é importante assinalar que: 1) o IGPDE foi criado



Fotos: Daniel Garcia

Unidade Lapa, onde alunos foram suspensos

como um departamento do GP, ainda que autônomo; 2) a sua existência teria sido mantida em sigilo até 2002; 3) o Cursinho continua a figurar no estatuto do GP como departamento não-autônomo.

Desvinculação

“Quando a notícia de que uma chapa de oposição tinha vencido as eleições, a primeira reação foi a de preocupação com o projeto”, relata o documento do GP de 2002, referindo-se ao grupo que controla o Cursinho. “Quando descobriram que a nossa proposta era desvincular e não acabar, a segunda reação foi no sentido de desvincular o mais rapidamente possível, antes que surgisse algum problema”, prossegue o texto.

Assim, o IGPDE foi “ativado” por seus fundadores, que, de fato, se tornaram responsáveis pelo Cursinho. O documento da gestão de 2002 ainda aponta que “a expectativa de crescimento do Cursinho e a alternância de poder no Grêmio foram motivadores da fundação do Instituto”. Danilo Nardini, ex-integrante das gestões de 2000 e 2001 do GP, também cita, como um dos motivos da criação de entidade autônoma para administrar o Cursinho, a possibilidade de que houvesse

mudanças na direção do GP. Ele apoiou a ativação do IGPDE à época, mas hoje opõe-se aos rumos dados ao Cursinho.

Fábio Sato, um dos coordenadores do projeto e integrante da diretoria do GP em 2000 e 2001, sustenta outra versão. Ele afirma que a então diretoria do GP é que procurou os coordenadores do cursinho e disse que não tinha mais como se responsabilizar pelo projeto, sendo necessária, assim, a ativação do IGPDE.

Roberto Menezes, um dos professores demitidos em fevereiro último por motivos políticos, garante que não houve apatia quanto ao projeto por parte das gestões do GP anteriores a 2002. Ele diz que até aquele ano o IGPDE era desconhecido por todos e que apenas foi ativado porque o grupo que controla o Cursinho não queria assumir os passivos financeiros que recaíram sobre o GP.

Nardini, porém, afirma que havia integrantes de diretorias do GP entre 1998 e 2001, inclusive ele próprio, que tinham conhecimento da existência do IGPDE. “Naquele momento, era algo muito pontual para ser tratado em profundidade”, diz a respeito do órgão. Ele ainda diz que nenhuma das pessoas que sabiam da manobra questionou o fato de haver

Cronologia

1987 – O Cursinho da Poli nasce por iniciativa do Grêmio Politécnico (GP) e do então diretor da EP, professor Décio de Zagóti. O objetivo era oferecer um curso pré-vestibular gratuito, visando à inclusão social, formação crítica dos estudantes, e democratização do acesso à universidade pública.

1992 – O então diretor da EP, professor Francisco Landi, inicia oposição sistemática ao funcionamento do Cursinho nas dependências da escola.

1996 – O Cursinho deixa de funcionar na EP, embora as pressões por parte da diretoria da unidade para que isso ocorresse tivessem diminuído.

1997 – Fundação do IGPDE, departamento autônomo do GP. O instituto não foi “ativado” de imediato e o GP continuou a ter participação ativa na definição dos rumos do cursinho.

2000 – Diante da recusa do Curso Anglo em fornecer material didático para o cursinho, decide-se criar uma coleção de apostilas própria. Porém, a viabilidade do projeto depende da expansão do número de vagas, que passa de 8 mil para 15 mil.

2002 – Uma chapa de oposição ao grupo que controlava o Cursinho havia 10 anos vence as eleições para a diretoria do GP. O IGPDE é ativado em meio a um processo cercado de controvérsias.

2004 – Fim da seleção sócio-econômica dos alunos. Em outubro, a Fundação PoliEducar passa a ser responsável pelo cursinho. Acusações de uso do projeto para fins políticos ganham força quando um dos membros do conselho curador, Gilberto Giusepone, o Professor Giba, candidata-se a vereador de São Paulo.

2005 – Abertura de duas novas unidades do Cursinho, nas zonas Leste e Sul. Demissão de quatro professores acentua crise que havia começado no ano anterior e amplia o questionamento sobre os rumos do projeto.

• *Manifestações de protesto nos dias 26/2 e 5/3 em frente à unidade Lapa, ambas reivindicando o retorno do projeto a suas metas anteriores. Um ato público no Anfiteatro Camargo Guarnieri, na Cidade Universitária, com o mesmo objetivo, está marcado para 31/3.*

membros do conselho curador com mandatos ilimitados.

Para Eduardo Pinheiro, membro da diretoria do GP de 1992 a 1994, o primeiro passo para tirar o poder da entidade estudantil sobre o Cursinho foi dado em 1996, quando Giusepone presidia o GP. Segundo Pinheiro, havia pressões por parte da diretoria da Escola Politécnica para que o projeto deixasse de funcionar nas dependências da unidade. Usando isso como alibi, a então diretoria do GP tirou de lá o Cursinho. Nesse processo, um antigo administrador do projeto foi demitido.

Depois, o IGPDE conferiu base legal para blindar o Cursinho contra possíveis mudanças de orientação no GP, e colocá-lo a serviço de projetos políticos e pessoais, como a candidatura do Professor Giba a vereador em 2004. Em 1998, Pinheiro

rompeu com Giusepone e Rodrigues (que ele convidara para integrar a diretoria de 1993), por desconfiar das intenções deles quanto ao Cursinho.

Fundação PoliEducar

Segundo Sato e Rodrigues, em função de mudanças no Código Civil, a personalidade jurídica do Cursinho teve de ser alterada em 2004. Foi quando a Fundação PoliEducar substituiu o IGPDE. Haydée Svab, presidente do GP em 2004, diz que a diretoria da entidade estudantil pretendia discutir com os alunos da Escola Politécnica a situação do Cursinho e a criação da PoliEducar, mas a opinião do GP foi ignorada pelos membros “vitalícios” do conselho curador. Teriam argumentado que, à época da reunião em que a PoliEducar foi aprovada, a diretoria do GP ainda não havia



R\$ 1,3 milhão foi gasto em publicidade em 2004

sido oficialmente empossada. Haydée também relata dificuldades de acesso aos dados financeiros do cursinho.

A PoliEducar também possui um conselho curador, com cinco membros eleitos pelo próprio órgão, além do presidente do GP, e prevê o oferecimento de ensino médio e cursos de nível superior. Os primeiros membros do conselho são os mesmos que integravam o conselho do IGPDE, exceto Giusepone.

A diretoria que assumiu o GP em 2005 também se opõe ao modo como o Cursinho vem sendo gerido, e rejeita a cadeira destinada ao GP no conselho curador da PoliEducar. “Eles se beneficiam muito com uso do nome [Poli, que remete à USP]”, opina Rafael Alquezar, membro da atual diretoria do GP.

Renato Rodrigues recorre ao argumento-padrão das fundações “de apoio”, e alega que a PoliEducar conferirá transparência ao Cursinho, pois as contas serão fiscalizadas pelo Ministério Público Estadual. Ao defender o uso do nome “Cursinho da Poli”, Rodrigues diz que a iniciativa “não tem uma origem pública”, por ter sido organizada pelo GP e não

pela Escola Politécnica. Sato reitera isso e acrescenta que o nome é mantido para sinalizar a origem do Cursinho.

Rodrigues defende ainda a PoliEducar, dizendo que sua natureza é diferente daquela das fundações “de apoio” à USP, já que ela não usufrui nem do espaço nem dos recursos humanos da universidade. Pinheiro contesta: “O Cursinho é um patrimônio do Grêmio, não deles”, referindo-se à manobra aplicada pelos instituidores da PoliEducar.

O diretor da Escola Politécnica, professor Vahan Aghopyan, acredita que o prestígio do cursinho se devia mais a seu cunho social e a sua qualidade do que pelo fato de seu nome remeter à USP. Ele justifica as entrevistas que concedeu às revistas produzidas para a divulgação do cursinho, em 2004 e 2005, dizendo ser “uma obrigação de quem ocupa um cargo público sempre atender a solicitações”.

“Estou esperando um posicionamento formal da atual gestão do GP para promover uma reunião entre os dirigentes do grêmio e os do Cursinho”, diz, ressaltando que a unidade não interferirá na questão, apenas apoiará os

alunos no que decidirem em relação a ela.

Perseguição a alunos

Alex Silva e Bruno Guedes, integrantes da diretoria da Associação dos Alunos do Cursinho da Poli (AACP), foram suspensos em 2/3. O pretexto utilizado pela direção do Cursinho foi um incidente ocorrido na véspera, na unidade Lapa, quando ambos participaram de um debate no pátio, convocado pela AACP e que reuniu grande número de alunos. Na ocasião, outra diretora da AACP, Stephanie Maluf, não pôde usar o equipamento de som do palco situado no pátio. Uma funcionária guardara o microfone que fica no local, após um estudante que lia um poema ter deixado o palco a pedido dos alunos, que queriam ouvir Stephanie com mais clareza.

No dia seguinte, quando Silva passaria por avaliação sócio-econômica com uma assistente social para obtenção de uma bolsa, ele não pôde entrar. Um segurança comunicou verbalmente a ele sua suspensão. O argumento apresentado a Silva por Laércio Furquim, coordenador da unidade Lapa, foi de que ele teria desrespeitado um funcionário. Guedes foi suspenso sob a alegação de ter atrapalhado a leitura do poema.

Silva e Guedes, que são alunos do curso de sábado, perderam todas as 14 aulas do dia 5/3. Ainda no dia 2/3, pela manhã, duas alunas do cursinho na unidade Lapa, Kelly Pereira e Danúbia dos Santos (esta também diretora da AACP), foram retiradas da sala de aula por um inspetor e tiveram suas carteirinhas retidas. A alegação foi de que elas assistiam aula numa turma diferente daquela em que estão matriculadas. As alunas fizeram boletim de ocorrência no 7º DP.

O coordenador Furquim foi procurado para comentar os acontecimentos. A assessoria de imprensa do Cursinho disse que ele não poderia falar naquele momento e relatou que os alunos suspensos foram “inoportunos” e haviam “tumultuado” o local.

Entidades lançam campanha “Diretas para Reitor”

Em meio a um frio inesperado, num final de tarde de verão, a Adusp, o DCE e o Sintusp deram início, no dia 2/03, no gramado da Reitoria, a uma campanha pela democratização da universidade, que compreende eleições diretas paritárias para Reitor e mudanças no estatuto autoritário da USP. O evento fez parte da programação da Calourada Unificada, organizada pelo DCE para receber os ingressantes de 2005.

O ato foi acompanhado por cerca de 300 pessoas, a maioria calouros. Compuseram a mesa os professores Américo Kerr, presidente da Adusp; Luiz Menna-Barreto, do ICB; Aziz Ab'Saber, Francisco (Chico) de Oliveira e Paulo Arantes, da FFLCH; Lisete Arelaro, da Faculdade de Educação; e os diretores do DCE Maurício Costa e Márcio Rosa.

Costa iniciou o ato com a leitura do documento “Diretas Já para Reitor”, elaborado pelas três entidades. “A USP tem sua estrutura de poder baseada numa concepção elitista e vertical de Estado, que ganhou forma na autoritária década de 1930 e cristalizou-se em seus estatutos, anos depois, sob a vigência do AI-5, ato institucional que inaugurou a ‘linha dura’ como política oficial da Ditadura Militar. O ‘novo modelo’ de gestão da universidade extinguiu as todo-poderosas cátedras vitalícias e introduziu novos órgãos colegiados. Sofreu outras mudanças em 1988, mas sua estrutura de poder ainda é de um espantoso autoritarismo nobiliárquico”, afirma o documento.

O representante do DCE informou que até o final do ano uma caravana percorrerá todas as unidades da USP, para difundir a campanha entre a comunidade universitária.

Inconstitucional

Na sua exposição, o presidente da Adusp lembrou o artigo 206 da Constituição, que estabelece que o ensino público deve ter uma gestão democrática. Também citou a LDB, que reafirma a gestão democrática e estabelece que, nas eleições para Reitor, o peso dos votos dos docentes deve ser de 70%, enquanto que funcionários e alunos têm os 30% restantes. “A USP passa longe disso”, disse o professor Kerr, ressaltando a própria contradição da LDB com a Constituição.

De uma comunidade de 98 mil pessoas, apenas 1.400 podem votar no primeiro turno do processo de escolha do Reitor. No segundo turno, o número de eleitores cai para 350. O nome dos três primeiros colocados é enviado para o Governador do Estado, que escolhe entre os integrantes da lista o Reitor da USP para um mandato de quatro anos.

Apenas professores titulares, que, nas palavras do presidente da Adusp, são “herdeiros das cátedras”, podem se candidatar. Segundo ele, isso redundava numa mistura do conceito de progressão na carreira acadêmica com o poder na universidade e macula o próprio processo de concurso para titulares. “Para dirigir o país você não precisa ser doutor. Mas para dirigir a universidade, nem sendo doutor”, destacou.

Segundo o professor Menna-Barreto, uma consequência da restrição é que pessoas que não têm vontade de administrar acabam assumindo cargos que exigem essa competência. Para a professora Arelaro, a limitação ocorre pelo fato de que, geralmente, os titulares são docentes que já abandonaram qualquer projeto de mudança da universidade quando assumem o posto, contribuindo para manter o seu *status quo*.



Professor Aziz Ab'Saber durante o lançamento da campanha por Diretas para Reitor. Ao lado, a mesa

Realismo

O professor Arantes, que já é aposentado, causou surpresa ao classificar de “surrealista” a proposta de eleições diretas para Reitor. Ele foi aplaudido pela platéia quando afirmou que “as eleições diretas para presidente [da República] não resolveram nada”, numa referência à atual situação do país, que, segundo ele, “está se desmanchando”. Destacou ainda a origem elitista da USP, fundada pela oligarquia paulista, que havia sido deixada de lado no cenário político nacional nos anos 30, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Ele falou a respeito da luta pela democratização da universidade que floresceu nos anos 60 até o decreto do AI-5, em 1968. Segundo o professor, os participantes do movimento possuíam uma meta mais ampla: a de levar a democracia a outros setores da sociedade. “Espero que vocês tenham esse plano



B, porque eleger Reitor não é um plano de vida”, disse aos estudantes.

Já a professora Arelaro conclamou os estudantes a assumirem a luta pela democratização da universidade. “Quem pode liderar esse processo são vocês”, afirmou, fazendo referência à atitude do movimento estudantil em iniciar o debate acerca das fundações com a Reitoria, após a ocupação da sala do Conselho Universitário em 2001.

Contestando a fala do professor Arantes, o professor Chico de Oliveira disse que a USP é fruto não apenas das elites que a fundaram, mas das transformações que ocorreram no país, e defendeu o engajamento dos

“estudantes na manutenção e na ampliação das poucas características e conquistas democráticas que a universidade representa no Brasil”.

Ele ainda afirmou que não bastam apenas eleições diretas para Reitor: outros elementos da universidade devem ser reconstituídos e reformulados, como os colegiados e demais estruturas decisórias. “Muitas vezes essas estruturas estão decidindo sobre nada”, contou o professor Oliveira, lembrando sua experiência como chefe do Departamento de Sociologia. “Só vale a pena essa luta pela Reitoria se ela estiver ao compasso da criação de nossa real capacidade de decidirmos sobre a nossa universidade”, concluiu.

USP avança, mas ainda contrata em regime precário

É histórica a luta da Adusp em defesa da Universidade Pública como espaço do livre pensar. A geração do saber e a reflexão crítica sobre este saber, funções da universidade, só podem ocorrer em um ambiente com liberdade e democracia. E é dentro deste contexto mais amplo que a Adusp vem lutando para que os docentes sejam contratados apenas através de concursos públicos, e também para que seja regularizada a situação dos contratos precários. Esta questão não envolve apenas aspectos legais e técnicos. A insegurança, as pressões e o controle político a que ficam submetidos os docentes com contratos precários são incompatíveis com a natureza do trabalho acadêmico. O docente sob pressão é roubado em sua liberdade de pensar e criticar. O exercício autônomo, renovador e crítico, que deve marcar as atividades de pesquisa, ensino e extensão, exige estabilidade.

Até a década de 70, em muitas unidades da USP, os docentes eram contratados por indicação e votação nos Conselhos de Departamento. Vencia o mais forte politicamente, que nem sempre coincidia com o mais forte academicamente. A situação evoluiu para os processos seletivos. A confusão que havia na administração pública levou os constituintes em 1988 a promoverem a estabilização de todos os funcionários públicos com mais de cinco anos de exercício. Entretanto, o Congresso acabou excluindo os professores universitários da cláusula de estabilização. A USP nada fez para resolver a situação em que ficaram os docentes com contratos precários.

A luta da Adusp contra os contratos precários começa no final da década de 80. No início, havia muita desinformação e, como em muitas

unidades o processo de seleção para o ingresso seguia o ritual do concurso público, vários docentes sequer sabiam que não eram concursados e seus contratos precários.

Ao longo dos anos fomos construindo a compreensão de que os contratos precários eram irregulares e feriam a Constituição de 1988, nos princípios de igualdade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência para a administração pública. Aos docentes “precários” eram estendidos todos os direitos dos concursados, exceto a estabilidade, fazendo com que eles estivessem sempre em posição de insegurança em relação à manutenção de seus empregos.

Plebiscito

É em 1996 que a luta contra os contratos precários se intensifica, ao sair da perspectiva de denúncia para a confecção de uma proposta concreta para solucionar a questão dos contratos precários. Após vários debates, a diretoria da Adusp propõe:

1. O ingresso na USP deve dar-se exclusivamente por concurso público, fazendo estacionar o número de docentes com contrato precário.

2. A regularização dos contratos precários, isto é: que todo docente com contrato precário com mais de cinco anos de USP, ou no momento em que viesse a completá-los, não mais tivesse que se submeter a renovações contratuais. Além disso a demissão de um docente deveria seguir os mesmos trâmites empregados para um docente efetivo.

Esta proposta foi submetida a plebiscito e amplamente aprovada.

A partir daí a Adusp movimentou-se no sentido de denunciar a ilegalidade dos contratos precários e de lutar para que sua proposta de regularização fosse implementada.

Opiniões sobre a matéria emitidas por nossa assessoria jurídica e por advogados e juristas, como Amaury Mascaro Nascimento e Dalmo de Abreu Dallari, tornaram incontestes a perspectiva de que o ingresso deveria se dar por concurso público e que os contratos precários eram irregulares, por serem temporários para o exercício de atividade presumidamente permanente.

A campanha começava a surtir efeitos e crescia a oposição aos contratos precários, que se evidenciava no fato de que em 1997 nenhum candidato à Reitoria da USP conseguia defender a situação dos contratos precários (ver *Informativo Adusp* 47 de abril de 1999).

Em 1998, 40% do corpo docente — cerca de 1900 professores, num universo de 4.800 — estavam submetidos a contratos precários. A situação tornava-se insustentável. Foi neste ano que o reitor Jacques Marcovitch lançou o programa de abertura de concursos, com garantia de vagas, para os docentes com mais de 15 anos de casa, um total de 292 naquele momento. Medida interessante na direção de regularizar a situação de parte do corpo docente, mas ainda extremamente tímida para dar conta do problema que cada vez mais se configurava como abuso e uma tremenda injustiça.

CAD não prosperou

A reforma da Previdência em dezembro de 1998 veio evidenciar ainda mais que as consequências da utilização do contrato precário poderiam ser perversas e a administração universitária havia desde sempre agido de modo irresponsável do ponto de vista dos direitos trabalhistas. Nesse contexto a Reitoria promove, em 1999, um debate sobre a questão e propõe que o ingresso se dê através

de um “Contrato Administrativo Docente” (CAD) de três anos, renovável apenas por mais três, e regido pela CLT.

Tal proposta não apontava para a solução dos contratos precários e criava mais um tipo de contrato na USP. Tantos eram os inconvenientes da criação do CAD que a própria Reitoria não a levou adiante, e estendeu o programa de concursos com garantia de vagas para docentes com 10 anos de casa.

Por proposta da Adusp, o Conselho Universitário (CO) aprovou, no início de 2004, que o ingresso docente deve se dar exclusivamente por concurso público como prevê a Constituição. Por fim vimos prevalecer a vontade da comunidade docente. Além disso estendeu-se o processo de abertura de concursos com garantia de vagas aos docentes “precários” associados e aos doutores com mais de seis anos de trabalho na USP. Avanços que resultaram da longa luta travada pelos docentes contra os contratos precários.

No final de 2004, a diretoria da Adusp levou ao Reitor a proposta de que fossem abertos concursos, com garantia de vagas, em todas as áreas onde existirem docentes com contratos precários com qualquer tempo de casa. É necessário terminar de vez com esse capítulo da história da USP. O Reitor se mostrou sensibilizado e prometeu estudar a proposta, adiantando que lhe parecia razoável estender o programa aos docentes com três anos de casa. Esta medida foi de fato tomada em 14/2/05, conforme consta da Circular 68 do Gabinete do Reitor.

Próximos passos

Infelizmente existem ainda cerca de 900 docentes “precários”. Há departamentos que recusam-se a abrir concurso para alguns docentes, ainda que satisfaçam as condições

estipuladas pela Reitoria. Retiram do docente o direito de submeter-se a um concurso público. Fazem isso para alguns e não para todos, ferindo de modo inequívoco os princípios de igualdade e de impessoalidade que norteiam a administração pública.

Nesses casos, a ameaça de não renovação contratual é clara e por vezes se concretiza. É quando o docente demitido se depara com uma universidade bastante despreocupada em garantir os direitos trabalhistas básicos. Este foi o caso para a professora Wladia Viviane, do Instituto de Química, que somente após 8 meses de sua rescisão contratual, e depois de muitas idas e vindas, recebeu os vencimentos referentes às férias e licença-prêmio devidas.

Além disso o CO, ao determinar que o ingresso docente deveria se dar por concurso, abriu exceções, admitindo a contratação precária de mestres e de doutores para novos cursos, a exemplo do que ocorreu na contratação docente no campus da USP na zona leste.

Para tentar solucionar esses problemas a diretoria da Adusp propõe:

1. os departamentos que não abrirem concursos para docentes que satisfaçam as condições impostas pela circular GR/CIR/68 de 14/2/2005 devem fazê-lo de modo motivado, garantindo o pleno direito de defesa e de recurso aos docentes envolvidos.

2. toda e qualquer demissão de docentes com contrato precário deve seguir os mesmos trâmites previstos para docentes concursados.

3. que o programa de abertura de concursos com garantia de vagas para regularização dos contratos precários se intensifique tanto na frequência com que são abertos, como na diminuição da exigência de tempo de casa.

ICMS em alta na Campanha Salarial 2005

Defender a educação pública e nossas condições de trabalho

A tabela publicada nesta página permite comparar a arrecadação do ICMS/2004 com a previsão feita pelo governo no orçamento/2005 e aquela feita pela Adusp neste início de 2005. Todas as avaliações indicam uma tendência de crescimento no montante de ICMS que será arrecadado, mesmo que persistam a sonegação fiscal e o artifício das isenções fiscais nas compras governamentais (que reduz a base de cálculo das receitas vinculadas a esse tributo), e ainda que o governo tenha ampliado as renúncias fiscais.

A estimativa feita no orçamento de 2005 é 14% superior àquela do orçamento 2004. Apesar desta contar apenas com a arrecadação realizada até o mês de junho, ela indica um crescimento de 6% quando confrontada com a arrecadação total de 2004. Já a estimativa feita pela Adusp, baseada na arrecadação até dezembro/2004, aponta um crescimento de 11% no ICMS deste ano. Na verdade



Luta para mudar a LDO em 2004 precisa ser reeditada neste ano

tanto a arrecadação de janeiro quanto a de fevereiro/2005 ficaram acima de nossas previsões, indicando que a tendência de crescimento ainda não se estabilizou.

Portanto, sob este ponto de vista temos um cenário bastante favorável nesta data-base. Isso não apenas para discutirmos a reposição inflacionária entre abril/04 e abril/05 (estimada em cerca de 8,7%), como para corrigir perdas salariais históricas e definir uma política salarial para o ano.

Por outro lado, é indispensável que a comunidade

das universidades públicas paulistas retome a luta na LDO e na LOA de 2005, para ampliar os recursos indispensáveis à melhoria da educação em geral e para uma expansão com qualidade do ensino superior em nosso Estado. No interior do planejamento de expansão do ensino superior em que qualidade, assistência estudantil e alocação adequada de recursos não fazem parte dos objetivos expressos na fração de documentos que chegou às nossas mãos por vias indiretas.

Reitoria abre programa de efetivação para precários com 3 anos de USP

Em circular do Gabinete do Reitor, GR/CIRC/68, de 14/2/2005, a Reitoria anuncia que serão destinados provisoriamente recursos financeiros para abertura de concursos que contemplem áreas/disciplinas em que existam professores doutores contratados, com três anos de casa, e para associados contratados, com qualquer tempo de serviço.

Estes concursos são abertos pelos departamentos, na própria vaga do docente com contrato precário, e no caso de este não ser indicado para o cargo, a Reitoria garante verba adicional para manutenção do contrato daquele docente.

Editais

Para participar desse programa é necessário que os editais estejam publicados até 31/5/2005.

É importante que estejamos todos atentos pois há casos em que os departamentos não abrem concursos para alguns de seus docentes, ainda que satisfaçam as condições impostas pela circular.

A Adusp está à disposição de todos os docentes que necessitem de mais informações ou que estejam encontrando dificuldades, nas suas unidades, de regularizar a sua situação trabalhista.

Arrecadação do ICMS 2004 e 2005 (cota-parte do Estado, descontada a Habitação)

Referência	(R\$ milhões)	Diferença
Arrecadado em 2004	33.595	-
Previsão no Orçamento/2004	31.280	-7%
Previsão no Orçamento/2005	35.611	+6%
Previsão Adusp (jan/2005)	37.225	+11%

Calendário Inicial do Fórum das Seis/ Adusp para a Campanha Salarial 2005

- 15/3** – Reunião do Conselho de Representantes da Adusp.
- 16/3** – Reunião do Fórum das Seis para propor pauta de reivindicações.
- 22/3** – Assembléia da Adusp – data-base, pauta de reivindicações e outros temas.
- 29/3** – Reunião do Fórum das Seis para compor resultado de Assembléias.
- 31/3** – Assembléia da Adusp – indicativos do Fórum sobre campanha salarial e pauta de reivindicações.
- 4/4** – Reunião do Fórum das Seis para consolidar a pauta de reivindicações e para entregá-la ao Cruesp.

A reunião do Fórum das Seis de 8/3 aprovou o calendário (ver quadro ao lado) para definirmos nossa pauta unitária de reivindicações, que deverá ser entregue ao

Cruesp em 4/4. Mais uma vez, você é indispensável para travarmos essa luta. Participe das discussões em sua unidade. Compareça às assembléias da Adusp.

Fapesp volta a aceitar pedidos em formulários de papel

A Fapesp voltou a aceitar, desde 1º/3, o encaminhamento de pedidos de auxílio em formulários de papel. Em carta enviada aos pesquisadores, a agência diz que a medida se deve à existência “de alguns problemas de estabilidade do sistema informatizado para a submissão de propostas de auxílios e bolsas”.

Os dois sistemas coexistirão até que o problema da estabilidade seja solucionado. Para fazer o download dos formulários impressos, acesse [http://www.fapesp.br/materia.php?data\[id_materia\]=37](http://www.fapesp.br/materia.php?data[id_materia]=37).

**Fortaleça nossa entidade
Filie-se à Adusp**